

COMENTÁRIO A “ENTRE A REPÚBLICA E O IMPÉRIO: APONTAMENTOS SOBRE A AMPLITUDE DESTA FRONTEIRA”, DE FÁBIO FAVERSANI.

Fábio Duarte Joly¹

O artigo de Fábio Faversani apresenta uma crítica relevante a uma perspectiva de análise do Império Romano que hoje aparece como quase um senso comum historiográfico: a noção de que Império e República são antes termos dicotômicos do que complementares.

O principal argumento do autor para questionar esse ponto remete a uma reificação da cronologia, no sentido de que a elaboração de marcos temporais para auxiliar na compreensão de um fenômeno histórico acabaria por se impor como uma realidade, transmitindo a ideia de que uma pretensa ruptura na história política teria repercussões imediatas, por exemplo, no campo social, ideológico e econômico.

Na proposta do autor, República e Império seriam como que momentos coexistentes na história de Roma, considerando-se uma longa duração. Teriam ocorrido momentos republicanos e momentos imperiais nessa história para além da figura de Augusto, usualmente apresentada como divisor de águas. Trata-se, portanto, de matizar a importância conferida a esse personagem como agente de mudança histórica. Nesse aspecto, o autor alinha-se com aquelas perspectivas historiográficas mais recentes que postulam que a chave para se entender a formação do Império Romano é situá-lo como produto e etapa de um processo mais amplo, no tempo e no espaço, de integração social no Mediterrâneo, sobretudo no tocante às elites citadinas. Por essa ótica, o papel desempenhado por indivíduos particulares ficaria à sombra de processos históricos mais complexos.

Outra filiação teórica da posição expressa por Faversani encontra-se na historiografia que pressupõe uma integração política da sociedade romana, e que por conta disso igualmente antes aproxima do que separa República e Império. Esta posição tem sido sustentada com mais ênfase atualmente por Aloys Winterling:

¹ UFOP.

On the one hand, the sociology of rule made it necessary for the emperors to employ an aristocracy; on the other, it has to be said that the emperors were not in a position to create a new aristocracy independent from the old political institutions of the republic. Those republican institutions whose function it was to reproduce nobility – the agisterial offices and senate – remained effective institutions during the empire in contrast to the popular assemblies. To abolish them would have meant abolishing the nobility and thus was inconceivable or – remembering Nero – impossible. The reproductive mechanism of the stratified social structure by means of the political institutions of the republican constitution, that is, stratified society's political integration, remained intact in imperial times as did this stratified society itself. (2009, p. 31)

Uma limitação da abordagem de Winterling é que se restringe basicamente a Senado e imperador em Roma, e projeta uma imagem da República como praticamente ausente de conflitos sociais, já que baseada numa elite que se autorregulava. Isso leva a uma questão que o texto de Favarsani me suscitou: há um único significado de República ou ele também é multiforme, e escolhemos apenas aquele que mais convém para nossa análise do Império? No texto o autor considera o termo *res publica* como remetendo a uma forma específica de Estado, a República, o que é compreensível já que seu objetivo é contestar a ideia de uma ruptura introduzida com Augusto. Mas, como lembra Alain Gowing:

surely [...] the message Augustus sought to convey was that he had restored the Republic, not created a new and distinct state. And yet with the passage of time, over the course of the first century, the phrase *res publica* ceased to refer, as it typically must have in the Augustan and perhaps even the Tiberian periods, to what we term the „Republic,“ coming instead to refer to a different sort of *res publica* – the Principate (2005, pp. 4-5).

Assim, República pode ser uma forma de Estado específica ou simplesmente o “Estado”. Seria preciso ter em vista essa diferenciação nas fontes na diacronia. O próprio Sêneca, por exemplo, afirma que é o imperador quem mantém coesa a *res publica* (*De clem.*, IV, 1: *Ille est enim vinculum, per quod res publica cohaeret*).

Enfim, se o que temos é, no fundo, uma transformação de uma mesma *res publica* (tese defendida, dentre outros, por Fergus Millar, 1998), perde um pouco o sentido em se falar de “momentos imperiais em meio à república e momentos republicanos em meio ao império”. Acaba-se reificando esses conceitos como realidades distintas, mesmo que se diga que uma fronteira os una. Não corremos o risco de buscar na história republicana uma determinada imagem de Império (ou Principado) que foi específica dos séculos I ou II? Como, então, qualificar esses momentos imperiais e republicanos? Teriam todos as mesmas características? Essas são algumas questões (não sei se pertinentes) que o texto me provocou.

Bibliografia

GOWING, Alain. *Empire and memory: the representations of the Roman Republic in imperial culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MILLAR, Fergus. “The Roman city-state under the emperors, 29 BC-AD 69”. In: *Prudentia*, supplementary number, 1998.

WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

